



# **ENCONTRO NACIONAL DE AUTARCAS *DO BLOCO***

## **A CAMINHO DE UM MANIFESTO AUTÁRQUICO 2025**

Texto base para discussão  
e contributos

**6 OUTUBRO  
COIMBRA**





6 OUTUBRO  
COIMBRA

## 1. INTRODUÇÃO

O Bloco de Esquerda tem-se afirmado, através dos seus autarcas e ativistas locais, como uma força central na mobilização dos movimentos sociais e na defesa das causas que fazem a diferença na vida das pessoas. Desde o direito à habitação, à proteção do ambiente, passando pela mobilidade, o combate à pobreza, ou a defesa da cultura, o Bloco tem lutado de forma coerente para que as autarquias sejam mais do que instrumentos de gestão e representem espaços de transformação política e social.

Num contexto de desafios locais cada vez mais complexos, todas e todos somos convocadas para o combate por respostas claras à esquerda, com programas que vão ao encontro das necessidades concretas que identificamos e mapeamos, tanto nas áreas urbanas densamente povoadas como nas regiões de baixa densidade, afetadas pela desertificação e abandono.

A par do mapa autárquico que tão bem conhecemos - polarizado entre direita e centro - não podemos descurar os avanços do projeto autoritário e ultraconservador da extrema-direita, hoje expresso através da sua presença parlamentar, mas também no avanço de ideias racistas, xenófobas, transfóbicas e machistas que ganham forma nas ruas dos nossos territórios.

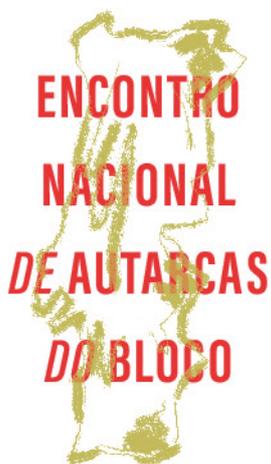
As autarquias, como primeiro ponto de contacto entre Estado e cidadãos, nunca foram tão relevantes. As políticas locais têm um impacto direto nas condições de vida das pessoas, desde o acesso à habitação até à qualidade dos serviços públicos, passando pela gestão dos espaços públicos e das redes de transporte. É, por isso, fundamental que o Bloco de Esquerda desenvolva, para cada território, com ou sem representação nos órgãos autárquicos, programas que combinem o reforço dos direitos com a preservação do ambiente, capazes de enfrentar as ameaças crescentes colocadas pelas alterações climáticas e pela pressão sobre os recursos naturais.

À medida que nos aproximamos das eleições autárquicas de 2025, o Bloco de Esquerda assume a responsabilidade de preparar um caminho que mobilize amplos setores da sociedade, construindo alianças à esquerda capazes de romper com o ciclo neoliberal que tem dominado a política local e que tem perpetuado desigualdades sociais, a mercantilização dos bens públicos e a especulação imobiliária.

Este Encontro Nacional surge como um momento central para partilhar experiências de representação do Bloco nestes espaços e de ativismo enraizado, dando início ao debate programático que nos conduzirá a um manifesto autárquico para 2025, delineando estratégias que respondam aos desafios atuais.

Ainda que desta feita com enfoque nas políticas de habitação, na mobilidade e nas lutas pelo clima, o compromisso do Bloco com uma transformação autárquica não se esgota aí. O processo de descentralização de competências - da lavra do Partido Socialista e apoiado pelo Partido Social Democrata - que transferiu para





6 OUTUBRO  
COIMBRA

as autarquias responsabilidades em áreas que dizem respeito às funções sociais do Estado como a Ação Social, a Educação, a Saúde e a Cultura foi desastroso e desastroso.

Por isso estamos no campo oposto, na defesa de uma governação autárquica que garanta direitos sociais, promova a igualdade, o acesso universal à educação, o reforço dos cuidados de saúde e o apoio à cultura, O Bloco pretende assim consolidar políticas locais que devolvam às pessoas o controlo sobre as suas vidas e territórios, através de uma gestão participativa, inclusiva e transparente.

## **2. CONSTRUIR CIDADES PARA TODA A GENTE: HABITAÇÃO É UM DIREITO**

Em Portugal, trabalhar não significa conseguir pagar uma casa e a habitação tornou-se o principal fator de empobrecimento para uma grande parte das famílias.

A escalada histórica dos preços da habitação foi potenciada, primeiro, pelo período de taxas de juro historicamente baixas que tornaram o imobiliário num ativo atrativo pela sua rentabilidade e, depois, pelo processo inflacionista, que aumentam os custos do endividamento. Isto deve-se em parte ao contexto internacional, no entanto há medidas que explicam a gravidade da situação em Portugal.

A Direita e o PS criaram e aplicaram um conjunto de medidas que resultaram na aquisição de milhares de casas por parte de especuladores imobiliários, retirando a possibilidade a milhares de famílias, sem o mesmo poder de compra, de habitarem essas mesmas casas. A criação do regime de Vistos Gold, Benefícios Fiscais, a desregulação do Alojamento Local ou o licenciamento desenfreado de hotéis, fizeram parte desse caminho de especulação imobiliária e criação de turismo desenfreado.

Os municípios não estão isentos de responsabilidade neste processo. Tendo instrumentos para regular alguns destes fenómenos, como o Alojamento Local, a maior parte dos executivos optou pela desregulação imobiliária, favorecendo os interesses turísticos em vez dos seus municípios.

Como se todas estas medidas não fossem suficientes, a Direita junta-se aos especuladores, defendendo que o problema dos preços da habitação é a falta de construção privada.

O maior problema da habitação em Portugal é a quase inexistência de um parque público habitacional, a par da especulação, que a nível municipal, como temos visto, está por vezes associada a negócios muito pouco transparentes. A existência de casas públicas, ainda mais neste contexto, é fundamental, porque possibilita aos municípios viver em casas a preços que podem pagar, e ao mesmo tempo condiciona o preço do mercado privado.





6 OUTUBRO  
COIMBRA

Há muito que o diagnóstico está feito. O Bloco de Esquerda tem como principal tarefa exigir aos executivos municipais, no que lhes compete, medidas que revertam esta situação de catástrofe.

Entre elas estão as que o Bloco tem vindo a apresentar e que se mostram fundamentais, como: a definição de uma quota de 25% da nova construção para habitação acessível; construção pública de novos alojamentos destinados ao arrendamento a custos acessíveis, integrados na malha urbana e evitando a reprodução de guetos; mobilização imediata de edifícios públicos devolutos ou sem utilização para habitação a custos acessíveis, moratória a novos empreendimentos turísticos; a Limitação do Alojamento Local; criação de uma entidade inspectiva para as autarquias locais para a promoção da transparência e o combate à corrupção.

### **3. MOBILIDADE SUSTENTÁVEL: DESAFIOS E RESPOSTAS**

O Bloco de Esquerda reconhece a mobilidade como um direito social, essencial para garantir o acesso equitativo a outros direitos, como educação, saúde e trabalho.

A mobilidade deve ser vista como um pilar essencial para construir territórios inclusivos e sustentáveis, assumindo as autarquias um papel central na promoção de sistemas de transporte público eficientes e acessíveis, que privilegiem modos suaves de transporte, como a mobilidade ciclável e pedonal, que reduzem emissões de carbono. A aposta na mobilidade ecológica, através da expansão de redes de transporte elétrico, da criação de ciclovias seguras e de incentivos ao uso de veículos partilhados, é crucial para enfrentar a crise climática e, simultaneamente, garantir acessibilidade para todas as pessoas.

Com um terço das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) provenientes dos transportes, em Portugal, sobretudo do transporte individual, é a política de mobilidade a maior ferramenta nos territórios para reduzir as emissões. Políticas que retirem automóveis da estrada e incentivem a mobilidade suave e coletiva são centrais, assim como a eletrificação dos transportes públicos, sem cair no erro anticientífico de considerar que combustíveis como o gás “natural” contribuem para o corte de emissões.

A criação de redes eficazes e acessíveis de transportes públicos é imprescindível, garantindo frequência, fiabilidade e acessibilidade e respondendo à urgência da redução do uso do automóvel privado, promovendo políticas de partilha de espaço público mais inclusivas e seguras, como a implementação de ciclovias conectadas, a redução dos limites de velocidade para 30 km/h em áreas urbanas e a pedonalização de zonas centrais. Adicionalmente, medidas como a gratuidade dos transportes públicos para jovens, idosos e desempregados são vitais para reduzir desigualdades.





6 OUTUBRO  
COIMBRA

Nos contextos periurbanos e rurais e/ou com menor densidade populacional, onde a mobilidade pendular é predominante, a falta de transportes públicos adequados penaliza ainda mais as pessoas, agravando a dependência do automóvel. É fundamental criar sistemas de transporte intermunicipal que garantam a conexão entre áreas de baixa densidade e os centros urbanos, facilitando o acesso ao trabalho, à educação, à saúde e aos cuidados. Isto deve passar pela interligação de eixos ferroviários centrais com circuitos de metro e circuitos rodoviários de transportes de variadas dimensões, adaptados às necessidades locais.

Para garantir territórios mais justos e sustentáveis, é essencial uma monitorização contínua das necessidades de mobilidade, integrando-a com o planeamento urbanístico, habitacional e ambiental. Garantir que estas medidas são tomadas de forma socialmente justa é, naturalmente, parte do compromisso da esquerda.

## **4. EXPERIÊNCIAS DE LUTA CONTRA A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL: POR UMA VIDA BOA EM TODOS OS TERRITÓRIOS**

A ação das autarquias num contexto de profunda crise climática pode ser determinante, tanto pelas medidas que adotam como pelo efeito inspirador e mobilizador para mudanças mais amplas em outras escalas.

Para enfrentar a crise climática, um poder local comprometido deve atuar em dois eixos: mitigação e adaptação, ou seja, a redução das emissões de gases de efeito estufa, visando a neutralidade de carbono, e a adoção de medidas que garantam a qualidade de vida das populações, especialmente as mais vulneráveis, diante de fenómenos climáticos extremos, como ondas de calor, secas e cheias.

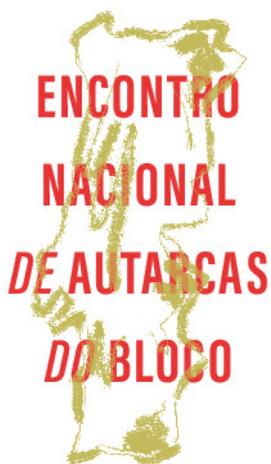
Nenhum concelho ou região terá futuro se assentar o seu desenvolvimento na devastação dos recursos naturais. A questão ambiental tem de ser vista como fulcral e determinante para todas as dimensões de intervenção e estrutural para as políticas de desenvolvimento enquanto sustento do presente e sustentabilidade futura.

As autarquias devem tornar os seus edifícios e serviços neutros em carbono até 2030, apostando em energia solar descentralizada em edifícios públicos e habitação camarária. Parcerias com outras entidades públicas e com PME podem ser desenvolvidas para que a energia limpa descentralizada resultante de iniciativas do poder local possa ser fornecida a outros setores da sociedade.

A economia circular também deve ser incentivada, potenciando empresas, cooperativas ou oficinas dedicadas a este setor. Iniciativas de sensibilização e formação, especialmente nas escolas, mas não só, são responsabilidade do poder local.

Com Portugal atrasado ao nível da adaptação, a revisão dos Planos Diretores Municipais (PDM) deve priorizar a adaptação aos fenómenos extremos, considerando cursos de água, riscos de cheias e a subida do nível do mar. No interior e no sul do país, a arborização e a criação de pontos de arrefecimento





6 OUTUBRO  
COIMBRA

são medidas urgentes para enfrentar o calor extremo. A edificação de “cidades esponja”, capazes de absorver a pluviosidade extrema, protegendo as pessoas e limitando a perda de água deve igualmente fazer parte das prioridades de projetos ecossocialistas de poder local. E a proteção dos e das trabalhadoras camarárias ou ao serviço das autarquias, sobretudo nos casos em que laboram expostos ao frio, chuva ou calor intensos, deve ser regulamentada em diálogo com as suas organizações representativas.

A crise climática associa-se aos vários problemas ambientais que já se colocam, e, em muitas circunstâncias se vão agravando, há ainda mais tempo: o desordenamento florestal, que retira espaço a espécies autóctones e contribui para o agravamento da escala e efeitos dos incêndios; a exploração mineira desenfreada, que retira qualidade de vida a populações que vivem nas proximidades, e provoca um desgaste ambiental frequentemente irrecuperável; a poluição dos rios e cursos de água, tipicamente provocada por descargas industriais ou insuficiências nos sistemas de saneamento; a acumulação crescente de lixo em aterros sanitários sucessivamente alargados, destrutivo para a biodiversidade e perigo para a saúde pública. Temos que estar na luta contra as causas destes fenómenos, junto das comunidades que se organizam por isso.

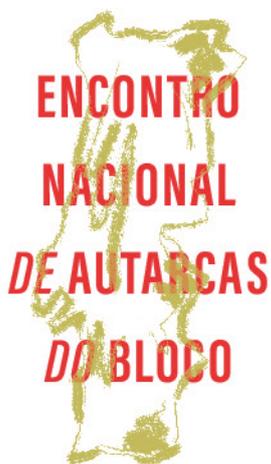
Por fim, o papel das autarquias estende-se à criação das condições para a participação em lutas locais, muitas vezes negligenciadas, mas de grande importância. Lutas por serviços públicos, mobilidade, contra a poluição ou pela defesa do espaço público são cruciais. A intervenção do Bloco nestas questões, através dos seus eleitos e estruturas locais, fortalece a ação política e permite o enraizamento no território.

Politizar pela esquerda, dar força desinteressada a cada causa, construir alianças, mantendo sempre um horizonte transformador, apostado em soluções que visam a apropriação comum das cidades e do território deve ser a nossa bússola em toda e pequena luta, por mais modesta que seja, nos nossos territórios.

## ***5. A CAMINHO DE UM MANIFESTO AUTÁRQUICO 2025: UM OLHAR TRANSVERSAL SOBRE AS POLÍTICAS LOCAIS E A INTERVENÇÃO AUTÁRQUICA DO BLOCO***

O mandato autárquico iniciado em 2021 teve uma marca, a da transferência de competências para os municípios, que suscitaram oposição por grande parte das autarquias, principalmente em áreas tão sensíveis como a da Educação (que passou a ser exercida pelos 278 municípios do Continente desde 1 de abril de 2022), da Saúde (que em finais de 2023 eram exercidas por 175 municípios) e da Ação Social (cujo prazo para a transferência de competências terminou a 3 de abril de 2023). O processo de transferência de competências é complexo, mas neste momento podemos já afirmar que tendo os municípios poder acrescido





6 OUTUBRO  
COIMBRA

em áreas tão centrais, é fundamental que as mobilizações locais em defesa dos serviços públicos ganhem força.

O Bloco pretende resgatar a matriz originária do Poder Local como princípio democrático da génese do texto constitucional que o consagra, como marca indelével da participação coletiva em modo de construção do exercício plural das autarquias, como oposição à instalada política do presidencialismo municipalista

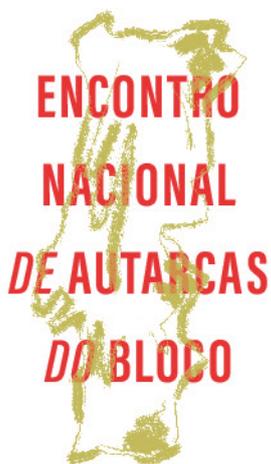
Portugal é um dos países mais centralistas da UE e mesmo da OCDE. Falta-nos um poder intermédio de base regional com visão subnacional que atenua a decalagem entre centralismo e localismo e desenvolva políticas de escala supramunicipal que ultrapasse a visão redutora do município. A realidade da disparidade territorial tem de ter uma resposta e não é com pseudo-descentralização de delegação forçada de competências com superintendência do poder central, que conseguimos atribuir autonomia de intervenção ao poder municipal e/ou regional.

O caminho para a construção do Manifesto Autárquico de 2025 do Bloco de Esquerda exige uma visão transversal e integrada sobre as políticas locais, com um forte compromisso de transformação social. Ao conceder aos municípios maior responsabilidade na gestão direta de questões que afetam a vida das populações, sem a adequada alocação de recursos financeiros e sem a necessária preparação, gerou-se um clima de insatisfação e dificuldades na implementação de serviços públicos de qualidade. As autarquias têm enfrentado desafios imensos, especialmente em áreas onde o investimento público é imprescindível. O Bloco de Esquerda propõe, assim, uma intervenção autárquica que envolva as pessoas na tomada de decisão sobre os serviços que lhes são essenciais, através de uma governação participativa, transparente e inclusiva.

Além de Habitação, Mobilidade e Clima, as e os aderentes do Bloco, representantes eleitos ou não, e com as pessoas que conosco procuram desenhar cidades para todas as pessoas, devem contribuir para este debate interno também ao nível da Educação, da Saúde, dos Direitos Sociais, da Cultura, e da própria qualidade da Democracia Local. A intervenção política do Bloco em todos estes domínios não começou agora e tem já mais de duas décadas, mas a conjuntura que vivemos pede aprofundamento e densificação das nossas propostas nestes domínios.

Com as Autárquicas de 2025 no horizonte, o Manifesto Autárquico do Bloco de Esquerda consolidará o nosso compromisso coletivo com a transformação profunda dos territórios, através de políticas locais que promovam a justiça social, a igualdade e a sustentabilidade. É com esta visão transformadora que juntas e juntos enfrentaremos os desafios e construiremos territórios mais justos, democráticos e inclusivos.





# ENCONTRO NACIONAL DE AUTARCAS DO BLOCO

6 OUTUBRO  
COIMBRA

## 6. CONTRIBUTOS

### CONTRIBUTO DE JOÃO CARVALHO (ALMADA)

A cidade é o resultado de um longo processo de contradição intrínseca, de diálogo com a memória e os lugares, o estabelecer de estruturas de apoio mútuo, o património e a cultura distinta, mas em permanente mutação

A cidade não é apenas onde dormimos e trabalhamos. Reencontrar a cidade das nossas experiências é o último desafio da luta pelo direito à habitação e à vida boa.

Perante o desafio urbano – a relação do desafio da participação e da redistribuição – as periferias são espelho do desordenamento urbano e da ausência de estruturação, onde as ruas expressam traços de desigualdade óbvios e permanentemente inscritos no território. Território este organizado de forma sedimentada, onde se vê camadas diferentes de processo de desigualdade urbana e formas diferentes de habitar

Devemos questionar como é que construímos, depois do 25 de Abril de 1974, cidades verdadeiramente democráticas? Não construímos. O que aconteceu ao processo de politização de quem veio para as cidades trabalhar?

Durante o regime fascista, o levantar e o crescimento dos bairros de barracas era a forma ‘permitida’ de criticar o Estado Novo. Depois da Revolução, o espaço urbano, o espaço público foi fonte de uma grande politização de movimentos sociais - redistribuição da estrutura da propriedade imobiliária e fundiário, as ocupações, as cooperativas, o SAAL, a auto-organização, mas também encarar a questão urbana como um problema de dupla desigualdade, a desigualdade social e a desigualdade política. Os moradores pobres viram na questão urbana uma reivindicação democrática, mas mais ainda, uma forma de participação no processo da dita transição democrática.

Na infância da nossa democracia, quando o regime ainda estava à procura das suas políticas públicas, perdeu-se o conflito e a partir dos anos 80, com a entrada na CEE, a normalização democrática retira relevância aos movimentos sociais urbanos e a liberalização do mercado da habitação e dos solos – o urbano passa a ser visto como um problema de desordenamento urbano e a única resposta viria de instrumentos legislativos e de gestão territorial. O conflito político local foi substituído pela propriedade. É a propriedade que estrutura toda a política de habitação. Instala-se a era da financeirização, da especulação global, da tendência da aquisição de habitação própria, por via dos créditos bonificados.

Atualmente, renasce a politização do nosso espaço, com a reconceptualização da questão urbana. O direito à cidade. O movimento social e a efervescência popular reconhece que o garante do direito à cidade não advém apenas de instrumentos técnicos – sem a vizinhança, sem a cultura local, sem a dinâmica comunitária, não salvaremos nenhum território. O mais precioso e minucioso dos planos e dos regulamentos e dos demais não resolve nada se o turismo invade os nossos bairros com os tentáculos da gentrificação e dos despejos e se tudo se transforma em Alojamento Local, em cafés com tostas de abacate





6 OUTUBRO  
COIMBRA

e campos de padel. A destruição das nossas comunidades não são fatalidades tecnocráticas, mas sim escolhas políticas de proteção absoluta do rentismo. O regime escolhe não mexer na propriedade. Há força para combater os ditos ilegais, quem vê na autoconstrução a única alternativa à rua, mas o reordenamento é impossível porque não podemos mexer na propriedade. Enfim, desordenamento e desigualdade, sempre juntas.

Recupero a rotura ontológica de John Friedman, um ideólogo norte-americanos dos anos 70, que enquadra o planeamento em duas componentes. A primeira, institucional, feita de instrumentos técnicos e planos. A segunda, comunitária, com iniciativas que nascem da base local. Vias diferentes, atores diferentes. Posteriormente, um desenvolvimento sobre os conceitos de urbanismo insurgente e cidadania insurgente concebe a tese do planeamento em nome da cidadania insurgente. A participação feita nos espaços convidados – onde a cidadania se exerce por contive, formal e de acordo com regras e metodologias das instituições, em contraste com a participação nos espaços inventados – que não são controlados pelos sistemas de opressões, oriundos da comunidade. É da articulação dialética entre os espaços convidados e inventados de participação que podemos descobrir novas formas de pensar e organizar o espaço de todos, com um planeamento que crie condições sociais para uma ação coletiva favorável à irrupção de um futuro popular.

Os bairros precários, para além de campos de violência policial, de perseguição e estigma, tornam-se, perante processos traumáticos de demolições e despejos, polos de deslocamento em massa de moradores, de destruição de comunidades.

Cada área residencial tem uma identidade própria, modelos de organização e vivencia. Também os bairros têm direito à unidade familiar, ao lugar, a preservar as suas redes de apoio e de solidariedade.

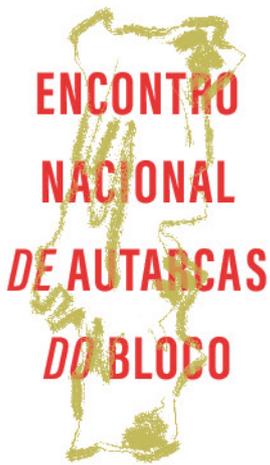
A geografia marxista que identifica o modelo de dependência do sistema financeiro e do turismo desenfreado tem de ser corajosa: o desenvolvimento capitalista precisa da existência de espaços locais, nacionais, regionais com diferentes níveis de desenvolvimento – é esse diferencial que permite o crescimento do sistema e o cansaço da classe trabalhadora

Enquanto nos impõem *smart cities*, ruelas do tik tok e os *neighborhoods* da moda, na verdade tornam o nosso lugar no símbolo do lamentável fiasco. A cidade não pode existir se ignorarmos as especificidades do lugar e das pessoas e das suas interdependências.

O trilho atribulado está no saber como participar, com criatividade e envolvimento, nas transformações das cidades e no molde para que sejam verdadeiramente habitadas. Queremos desenhar as linhas das esquinas empenhadas nas nossas memórias, queremos socializar as mais valias e despejar o sistema financeiro das nossas casas. O teto e o chão não são peças para negócio. As casas não são mercadoria, são lares.

Nem prédios frios, nem ruas com caixas de metal, praças de longas filas para o autocarro, e um sentimento de hostilidade e exclusão. A cidade não se determina da verticalidade da estrutura ou da tecnologia. A cidade faz-se de pertença.





6 OUTUBRO  
COIMBRA

## CONTRIBUTO DE MARIA MANUEL ROLA (PORTO)

A habitação é um direito fundamental, e quando falamos de habitação em Portugal temos que olhar para o contexto histórico e para as transformações ocorridas territorialmente. Conhecer o contexto de cada município é de extrema relevância. Um exemplo importante de onde vivo, e que não consigo deixar de lembrar, é o Estudo de Renovação Urbana do Barredo no Porto, que remonta ao período antes do 25 de Abril. Esse estudo envolveu um levantamento urbano, feito com a população, com o objetivo de reabilitar o centro histórico do Porto que chegou a estar ameaçado de demolição. Esta iniciativa teve continuidade após o 25 de Abril, culminando em obras significativas de reabilitação e manutenção da população e que só mais tarde, com a entrada dos fundos e projetos comunitários, resultou em outras grandes mudanças, nomeadamente a gentrificação.

Essa gentrificação foi comandada e aplicada pelas políticas locais, como as do Rui Rio, e as dinâmicas de alojamento local sob Rui Moreira, que contribuíram para a destruição de parte do trabalho inicial de reabilitação e de promoção de habitação pública que havia sido realizado sob a liderança de Fernando Távora e do Comissariado de Reabilitação Urbana da Área Ribeira/Barredo - CRUARB. Ainda hoje, a pouca habitação pública que existe no centro histórico do Porto resulta deste processo de expropriações e reabilitações feitas naquela altura.

Estamos a celebrar agora 50 anos do 25 de Abril, e é importante refletir sobre as mudanças que ocorreram desde então. Se antes lutávamos contra os subalugueres e a sobrelotação, com pessoas a viver em condições precárias e que exigiam tetos para as rendas, hoje enfrentamos uma situação semelhante, embora com outros protagonistas. Atualmente, são muitas vezes os migrantes, que vivem em camaratas sobrelotadas, e não raras vezes pagam 250 euros por uma cama, que sofrem com a falta de habitação digna. Voltámos às colmeias humanas da altura pré 25 de abril. Apesar de, em geral, as condições de habitabilidade serem melhores hoje, e haver muito mais casas disponíveis - cerca de 723 mil vagas - continuamos a enfrentar desafios habitacionais significativos: preços especulativos, sobrelotação habitacional dos trabalhadores, indignidade habitacional. Não teria de ser assim, mas tem sido.

No entanto, existem claras diferenças territoriais que importa conhecer. Entre o litoral e o interior da região norte, por exemplo, segundo o Programa Regional de Ordenamento do Território do Norte existem mais habitações vagas no litoral que no interior, ao contrário do que muitas vezes se diz. A nível do arrendamento também, Porto e Lisboa, por exemplo, têm cerca de metade da população em regime de arrendamento, enquanto no resto do país a maioria da população é proprietária, com nuances, obviamente. Em termos de habitação pública, Porto e Lisboa têm entre 10% e 7% de habitação pública, enquanto no resto do país esse número é muito mais baixo, cerca de 2% - novamente há nuances.





6 OUTUBRO  
COIMBRA

O Programa Especial de Realojamento (PER) tinha como objetivo apenas dar resposta às necessidades das Áreas Metropolitanas, e hoje os municípios fora dessas áreas enfrentam grandes dificuldades, tanto em termos de capacidade técnica quanto financeira, para responder à crise habitacional. Para além disso, politicamente, muitos municípios veem a habitação como ação social, baseada em subsídios de emergência, e não como provisão de habitação. Essa visão precisa mudar.

As Estratégias Locais de Habitação (ELH) e as Cartas Municipais de Habitação (CMH) são ferramentas importantes que precisam de ser atualizadas e revistas com regularidade. Os levantamentos feitos pelas ELH desde 2018 quintuplicaram as necessidades habitacionais identificadas. Em muitos casos, os municípios não quiseram reconhecer os seus problemas habitacionais, não houve obrigatoriedade nem financiamento suficiente, e o programa não foi levado a sério. Além disso, muitas necessidades habitacionais continuam por identificar, especialmente entre os migrantes e aqueles que não são acolhidos nas listas de espera para habitação pública.

No que diz respeito ao alojamento local, poucos municípios avançaram com regulamentações e zonas de contenção. Em Lisboa, isto só aconteceu devido à pressão do Bloco de Esquerda. No Porto, o processo foi suspenso duas vezes, e sempre que se anuncia uma regulamentação, há uma corrida às licenças. Propostas do Bloco, como a moratória ao licenciamento de hotéis, foram rejeitadas tanto pela direita como pelo PS, apesar de serem fundamentais para conter o crescimento descontrolado do turismo.

Além disso, temos a escalada dos preços da habitação, alimentada por fatores como os Vistos Gold, o alojamento local, os benefícios fiscais para a reabilitação urbana e a especulação imobiliária. Precisamos de instrumentos perequativos, como a aplicação de quotas de habitação pública – zonamento inclusivo - em novas construções, que já são aplicados em municípios como Porto e Matosinhos, mas que devem ser alargados a todo o território para garantir a função social dos solos. No Porto, por exemplo, este zonamento definido em PDM está muito limitado, apenas se aplica no centro histórico e em grandes novas construções.

O Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística é outro mecanismo que poderia ser utilizado para direcionar recursos para a habitação pública, arrecadando mais-valias dos investimentos públicos e licenciamento imobiliário. No entanto, apesar de existir no Porto, este fundo está subutilizado. É preciso garantir que esses recursos sejam efetivamente usados para construção e reabilitação pública.

Também defendemos a utilização de património público, como infraestruturas militares, industriais e ferroviárias, para projetos habitacionais, e já conseguimos reivindicar alguns destes espaços acedendo aos levantamentos públicos e sinalizando a sua existência. Os Municípios podem e devem reivindicar estes





6 OUTUBRO  
COIMBRA

espaços do Estado Central. Por fim o apoio ao desenvolvimento associativo através do apoio à criação de repúblicas estudantis com programas municipais de apoio que permitam a associação de estudantes em associações habitacionais para arrendamento de longa duração, assim como a criação de cooperativas habitacionais com disponibilização em cedência de uso de terrenos e outros benefícios para arrendamento a custos controlados. Tal como referimos na definição do programa de arrendamento acessível do IHRU em 2018, é essencial alterar o conceito de arrendamento acessível para que fique associado à taxa de esforço das famílias e não ao valor especulativo de mercado.

Em cada município há muito trabalho a fazer pelo direito à habitação e ao lugar, compete-nos mobilizar a população para isso.

---

### **CONTRIBUTO DE VÂNIA LEITE (VILA NOVA DE GAIA)**

Precisamos mesmo de descarbonizar as nossas cidades para lutar contra o aquecimento global, mas também para otimizar a nossa mobilidade, garantindo equidade a toda a gente, tratando as questões de mobilidade como um bem social.

Os nossos ritmos atuais de escalada do uso do automóvel, além de representarem um perigo ambiental, não são escaláveis e também não são justos. Quem usa transporte público ainda demora bastante mais do que quem vai de carro na maioria das vezes, e o aumento do uso do automóvel individual nos últimos anos contribui para esta demora, como demonstrado por diversas reportagens e relatórios de operadores este ano. Mesmo nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, onde haveria mais transporte público para atenuar esta dependência do automóvel, o uso do carro cresceu, tendo atingido os 8,2% de crescimento o ano passado. Precisamos de medidas que invertam este ciclo vicioso nos tempos de viagem - mais carros, mais trânsito, mais autocarros parados no trânsito, mas pessoas frustradas pela lentidão dos autocarros. Os próprios operadores de transporte público apelam à criação de mais faixas bus para que consigam efectuar o seu transporte de forma mais eficiente, observando que a criação das mesmas está estagnada há anos em várias cidades. E as pessoas que se deslocam por meios ativos reclamam também por medidas que tragam mais segurança no convívio com os carros e diminuam o impacto que as emissões ambientais e sonoras trazem aos meios ativos que circulam tão perto deles.

Não temos estudos recentes de grande escala sobre mobilidade - um desafio que temos de colmatar - que nos informem sobre os padrões e motivos que levam as pessoas a optar pelo carro, mas o estudo de mobilidade nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto do INE em 2017 pode dar uma pista - as razões mais mencionadas são a rapidez, conforto/comodidade, transporte público sem ligação direta e ausência de alternativas. Precisamos de trazer esta alternativa





# ENCONTRO NACIONAL DE AUTARCAS DO BLOCO

6 OUTUBRO  
COIMBRA

às pessoas e melhorar a sua comodidade. Caso contrário, continuaremos este caminho de aumento de emissões de CO<sub>2</sub>, aumento dos tempos de viagem de toda a gente, maior poluição sonora e também mais vítimas nas estradas - Portugal é dos países da UE com mais mortes na estrada, e 80% destas mortes ocorrem dentro de localidades. Os censos de 2021 também nos trazem uma pista - a percentagem de deslocações intermunicipais aumentou, possivelmente porque muitos trabalhadores e estudantes foram expulsos das cidades por consequência da 2ª crise de habitação. Também esta política, endereçada em outras áreas do programa autárquico, se cruza com as políticas de mobilidade sustentável. Melhores políticas de habitação provavelmente diminuiriam a distância das pessoas aos seus locais de trabalho e estudo.

O próprio espaço público, como sabemos, sofre com esta dependência. A liberdade de circulação que um automóvel particular traz, permitindo que relações sociais se dêem entre locais distintos, pode ser boa, mas não é a mais escalável em termos de eficiência do número de pessoas que consegue transportar e o espaço que ocupa, e não pode ser a única alternativa para estas movimentações. Os cidadãos perdem espaço de convívio e brincadeira para crianças, que é removido ou não criado para dar lugar aos carros. Devido às questões ambientais associadas, mas também pelo custo que traz aos seus utilizadores, não é justo que um carro seja a única alternativa de mobilidade para alguém. O nosso objetivo tem de ser que os transportes públicos sejam para todos e não simplesmente uma alternativa mais barata ou só presente em centros urbanos. Em termos de eficiência do espaço ocupado, a base da mobilidade sustentável devem ser os transportes públicos, depois os modos ativos, e só depois automóveis particulares. E devemos lutar para que esta base seja cumprida também fora dos centros urbanos e em horas mais alargadas do que é hoje em dia, para cobrir o trabalho por turnos e de encontros sociais. Precisamos de analisar, com base em estudos de mobilidade e de aproximação aos cidadãos, que necessidades não são preenchidas pelo transporte público atualmente e o que devemos alterar para que a aposta na mobilidade activa traga menos perigos.

Tendo em conta a diversidade de realidades que enfrentamos pelo país fora, podemos elencar uma base de medidas que cada local pode propor nas autarquias em que estas fazem um bom encaixe:

## Transporte público

- **Melhorar investimentos**, tanto na rede viária como na ferrovia. Devem ser feitas recolhas estatísticas dos cidadãos e sessões de aproximação, para ajudar na decisão destes investimentos, com publicação dos resultados, conclusões, e medidas planeadas para suprir as necessidades manifestadas;
- **Estudar e criar programas piloto para levar as crianças e alunos à escola de autocarro**, nas cidades em que este tipo de trânsito é um problema e também acaba por afastar pais do transporte público. Apostar na presença de monitores que dão uma maior segurança aos pais é essencial.





6 OUTUBRO  
COIMBRA

- **Criar estratégias para captar novos utentes**, não só com maior oferta de percursos e aumento de frequências, como com modernização tecnológica. Muitas cidades ainda não têm as suas linhas integradas nas plataformas de mapas mais utilizadas ou localização em tempo real permite às pessoas gerir melhor o seu tempo e descobrir mais facilmente os transportes que tem ao seu alcance.
- **Aumentar o número de vias dedicadas a BUS contínuas.**

### Mobilidade Activa

Segundo auscultações que têm havido à população, muitas das pessoas que andam de bicicleta por motivos de lazer e desporto, não o fazem todos os dias pelo medo da coexistência com o carro e os problemas que isso traz, e só depois vêm os problemas associados às distâncias que têm de percorrer. Neste ciclo autárquico de 4 anos que se passou, não se viram mudanças profundas quanto à garantia de segurança nesta coexistência com os carros. No Porto, por exemplo, foram eliminadas ciclovias, e em Gaia apenas se fez um pequeno troço. Sendo assim, o nosso modo de agir deve passar por:

- **Apostar na criação de mais ciclovias**, contribuindo para que, em cada localidade, haja uma rede interligada e não traços soltos, e que estas linhas sejam criadas junto dos maiores focos de mobilidade.
- **Apoiar, junto da comunidade educativa, programas de Comboios de Bicicleta**, que levam as crianças de bicicleta à escola, em grupo, com a presença de monitores, que se assegurem que tudo ocorre tranquilamente. Isto permite não só tirar mais carros da estrada como capacitar as crianças a utilizarem este meio de transporte no futuro.
- **Maior aposta nos limites de velocidade rodoviária a 30 km/h**: quando ocorrem atropelamentos com carros a 30 km/h, a chance de sobrevivência é de 95%, a 50 km/h esta probabilidade desce para metade e a 65 km/h é apenas de 15%.
- **Maior vigilância e controlo eficaz de limites de velocidade**: Mais radares e mais mostradores de velocidade, que mesmo quando não multam, ajudam o próprio condutor a controlar a sua velocidade em certas vias;
- **Melhor desenho das ruas**: mais passadeiras, mais árvores, desincentivar à criação de múltiplas vias de rodagem que convidam ao aumento do tráfego e aceleração, usar pinturas diferentes no alcatrão quando existe coexistência com peões, e criação de mais zonas destas. No fundo, medidas de acalmia e requalificação de espaço público que favoreçam modos activos;
- **Apostar na criação de serviços públicos de bicicletas partilhadas**, integrados nos passos de transporte público, para apoiar à intermodalidade destes transportes - pessoas que vêm de longe podem depois usar estes 4 meios para os últimos quilómetros, ou para se deslocarem para as estações de comboio mais perto das suas casas.





6 OUTUBRO  
COIMBRA

- **Criação de mais bicicletários e espaços seguros para guardar as bicicletas**, para que quem use a sua própria bicicleta a possa guardar de forma segura. Considerar isto especialmente junto de intersecção com transporte público.
- **Aumentar investigação e usar a que já existe**: Já há projectos que nos guiam sobre em que cidades há mais potencial de investimento em infraestruturas de mobilidade activa: no âmbito do projecto Boost Cycling Cities, na FEUP, fez-se um índice das cidades com mais potencial<sup>1</sup> ciclável por explorar e o Porto encontra-se em 1º. Este potencial é baseado na distância das deslocações das pessoas, o declive das cidades e a densidade populacional. Este tipo de estudos é um guia para decisores políticos.

Temos aqui uma base de medidas que podem atenuar todos os problemas que temos na nossa mobilidade, e uma visão de como muitas áreas se cruzam, como a habitação, a mobilidade e o planeamento urbano. Não se trata de ser anti-carro, mas sim anti-carro-onde-ele-não-é-necessário, e lutar para que ele seja cada vez menos preciso, seja em centros urbanos ou seja nos subúrbios, ou até durante a noite, e mais situações em que se sinta que o automóvel ainda acaba por ser imprescindível ao dia de hoje. Porque a realidade é que tirar a carta e poder conduzir um carro ainda é um dos passos de emancipação dos nossos jovens, e seria ótimo que não fosse assim, especialmente quando os gastos associados são tão proibitivos para as classes mais baixas.

---

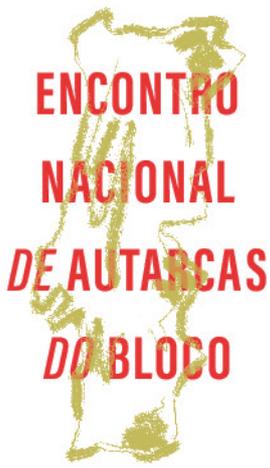
### **CONTRIBUTO DE BÁRBARA XAVIER (GUARDA)**

Portugal é também o seu ar, solo, as suas rochas, as suas matas, rios e respetivos afluentes. O concelho da Guarda, de onde venho, tem o privilégio de ser percorrido por 5 rios, composto por um solo fértil, uma paisagem de montanha de perder de vista e um ar com um índice de pureza e qualidade que lhe valeu primeiramente o sanatório Sousa Martins e mais recentemente, em relação à cidade, a classificação de “Cidade Bioclimática Ibérica”. Estamos na Serra da Estrela, com parte do território dentro do Parque Natural da Serra da Estrela e do Geopark.

O Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) é a maior área protegida em Portugal, mas nem assim escapou à economia extrativista que tem como único objetivo o lucro.

O Decreto Regulamentar de 1997 que reclassificou o Parque Natural da Serra da Estrela reconhece que é uma *“região de característica economia de montanha, onde, a par de um grande interesse paisagístico, ainda subsistem refúgios de vida selvagem e formações vegetais endémicas de importância nacional. A qualidade dos recursos hídricos existentes, a constituição do solo e do coberto vegetal na área de glaciação, aliados a factores de humanização,*





6 OUTUBRO  
COIMBRA

*como o pastoreio de altitude, são, entre outros, responsáveis pelo excepcional património natural e cultural da serra da Estrela.”*

Se o reconhecemos, tal como a muitas outras lutas, no papel, continuamos sem o ver materializado.

Em 2017 e em 2022 a serra da Estrela foi consumida por incêndios. As pequenas e pequenos produtores agrícolas e criadores de gado continuam a pedir as ajudas a que têm direito para reparo dos danos. Logo a seguir, intensifica-se a ação da indústria da madeira que levou mais um bom bocado da vida florestal.

Adicionalmente, o Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela ignorou os agentes locais que diariamente trabalham para preservar a biodiversidade e proteger a região. O processo não foi transparente, as medidas deveriam ser mais focadas nas reais necessidades do Parque Natural que passarão sempre por priorizar a conservação da natureza, das florestas e do património agrícola e pecuário perdido e o intervalo de tempo é demasiado grande para a urgência que enfrentamos.

Além disso, desde 1971 que a exploração turística da Serra da Estrela (acima dos 800 metros de altitude) está concessionada à Turistrela. Renovada por 60 anos, em 1986, engloba cerca de 40 mil hectares. Apesar dos atropelos à lei e sobrecarga turística da zona, foi entregue à mesma entidade a responsabilidade de limpeza de vegetação e de constituição de uma equipa de vigilantes para denúncia dos incidentes ocorridos nas áreas concessionadas. Às custas da população residente e da própria biodiversidade, temos assistido à deterioração da Serra da Estrela através de modelos de gestão que recorrentemente ignoram a manutenção e sustentabilidade da biodiversidade local. Modelos que, como consequência, tornam o território cada vez mais suscetível a incêndios e (com) a consequente deterioração do solo através da perda de flora autóctone; e que dificultam a vivência quotidiana ao mesmo tempo que facilitam a instalação de estruturas turísticas com impacto negativo na paisagem.

Mesmo à porta do Parque Natural da Serra da Estrela, temos também uma situação interessante: a proposta de alargamento em 26,10 ha de uma mina de céu aberto e a instalação de uma lavandaria para produção de concentrados de feldspato, lítio e quartzo. Esta mina em concreto encontra-se na transição entre o Maciço Central e a Beira Interior, tem proximidade a produções agrícolas, a localidades e habitações. O território referido na ampliação é uma entrada para o Parque Natural da Serra da Estrela, encontra-se dentro da Reserva Ecológica Nacional (REN) e do Geopark da Serra da Estrela. É uma zona rica em água, em forma de ribeiras e afluentes, com enorme valor natural, paisagístico e cultural.

A floresta e a montanha têm e poderão continuar a ter valor económico e a providenciar comida a quem vive lá vive. O investimento nos recursos naturais que a nossa zona nos proporciona e de produtos derivados deve ser uma prioridade, mas é obrigatório que seja prevista uma valorização a longo prazo do território, do meio e das pessoas. Ou seja, os projetos apresentados têm de garantir emprego não precário e o mínimo de impacto possível na fauna, na





flora, na saúde dos locais mas também nas atividades que pressupunham a utilização de recursos naturais para consumo (sejam elas atividades agrícolas, de exploração animal, captações de água para consumo ou termas).

É importante investir com a noção de que há consequências duradouras, e nalguns casos definitivas, na forma como escolhemos fazê-lo.

Para piorar, continuamos sem reconhecer as diferenças que as alterações climáticas trazem aos territórios e, conseqüentemente, sem agir eficazmente para prevenir o inevitável: situações de seca, ondas de calor, grandes tempestades e incêndios, que se tornarão cada vez mais regulares.

E continuamos sem enfrentar o despovoamento no interior. Os incêndios florestais, por exemplo, não são novos, mas o seu número e intensidade aumentam na mesma medida em que vamos esvaziando territórios anteriormente habitados e, naturalmente, cultivados.

Teremos de decidir se queremos priorizar a exploração da nossa floresta para ganhos financeiros de grandes grupos empresariais ou se queremos apostar para que sirva a sua função de purificação do ar, fornecimento de água potável, alimentos e até matéria prima.

---

## **CONTRIBUTOS DE JOSÉ CASTRO (PORTO)**

### **Respostas públicas na habitação: 2 mitos/embustes a desfazer**

#### **1 – “não cabe aos municípios responder à falta de habitação digna”**

Com esta ou outra formulação semelhante (do tipo: é competência do Estado), decisores municipais alimentaram esta ideia durante décadas. Serviram-se duma leitura enviesada, mas conveniente, do artigo 65º da Constituição aprovada em 1976. Não aceitaram o comando constitucional do nº 4 do artigo 65º que dispunha: “**o Estado e as autarquias locais exercerão efetivo controlo do parque imobiliário, procederão à necessária nacionalização ou municipalização dos solos urbanos e definirão o respetivo direito de utilização**”. O que fizeram os municípios com a Lei dos Solos (Dec. Lei nº 794/76) que criou instrumentos “*para evitar a especulação imobiliária e permitir a rápida solução do problema habitacional*”? Este posicionamento dos municípios, de apagamento do seu papel quanto à questão da habitação, se já devia ser objeto de crítica, tornou-se absolutamente indefensável com a decisão do Conselho europeu na sequência do surto do Covid19 e dos seus impactos. No chamado PRR, “**os órgãos do poder local e regional são chamados a desempenhar um papel central na prestação de vários serviços de proximidade, garantindo uma ampla cobertura territorial, em domínios como a habitação social**”, que pela primeira vez passou a ter financiamento da UE. Decorrente daquele entendimento, a construção





6 OUTUBRO  
COIMBRA

e conservação dos parques habitacionais municipais não tiveram, durante décadas, tradução significativa nos orçamentos municipais. Os moradores das habitações municipais foram abandonados, cresceu a degradação material e ambiental do parque habitacional público.

Perante o maior financiamento de sempre para a habitação pública, aquando do Levantamento em 2018 das necessidades de realojamento apenas 187 municípios sinalizaram carências habitacionais nos seus territórios.

## 2 – “o governo AD vai aumentar de 25.762 para 59.993 as casas a atribuir pelo 1º Direito”

Pelo governo PSD e CDS/PP foi anunciada a disponibilização de quase 60.000 fogos. Mas tal como as 25.762 “soluções” habitacionais aprovadas pelo anterior governo PS, não vai haver resposta para os muitos milhares de famílias inscritos nas listas dos municípios em busca duma casa decente para viver. O que é certo é que muitos milhões de euros irão passar para os bolsos de promotores imobiliários e proprietários privados. Nas Estratégias Locais de Habitação os decisores municipais decidiram, com a concordância dos governantes, alocar mais de 2/3 dos mais de 3 mil milhões de euros (a maior parte a fundo perdido, sem reembolso) a obras de conservação das fachadas e coberturas (a que chamam impropriamente “reabilitação”), destinando um montante residual ao alargamento do parque habitacional público (que representa apenas 120.000 fogos em quase seis milhões de casas).

Até os 10 municípios que indicaram no levantamento efetuado em 2018 maiores necessidades de realojamento, o que escolheram foi um aumento quase residual do parque habitacional público. Ao indicarem soluções habitacionais na mesma rubrica Construção/Reabilitação, a generalidade dos municípios está a esconder a ausência de resposta a quem não tem habitação digna. Exemplos concretos:

- o município do Porto indicou 2.094 famílias a viverem em condições habitacionais indignas, mas só prevê o aumento do parque habitacional em 320 casas (construção/aquisição). Para obras nas fachadas dos prédios municipais e protocolos com a Misericórdia vai o grosso do financiamento a fundo perdido de mais de 25 milhões €.
- o município de Loures programou “soluções” habitacionais para 2.294 famílias. Mas prevê apenas a construção/aquisição de 950 novos fogos. Os fogos de propriedade pública, quando disponibilizados, passarão a representar 3,6% do conjunto de alojamentos do concelho.
- o município da Amadora celebrou acordo com o governo para responder a 2.076 famílias a viver em condições habitacionais indignas. Mas só prevê construir 222 fogos, sendo que as obras nas fachadas e coberturas de 1.854 frações já ocupadas terão um gasto previsto de mais de 27 milhões €, garantido por financiamento não reembolsável. O parque habitacional público passará de 3,5% para 3,75% dos 88.635 alojamentos no concelho.





6 OUTUBRO  
COIMBRA

- o município do Barreiro assinou um acordo para 337 novos fogos ao abrigo do 1º Direito. A proporção de habitação pública face aos 42.285 alojamentos familiares existentes no concelho passará de 0,68% para 1,42%
- Lisboa apontou para “soluções” habitacionais para 4.479 agregados que vivem em condições habitacionais indignas, mas a construção/aquisição de 2.334 fogos não é primeira prioridade. O parque habitacional público passará a representar 8,5% dos 324.554 alojamentos do concelho.

**Insensibilidade social, certamente, mas também subserviência perante os senhorios e a financeirização do imobiliário (que passou a ter o monopólio da oferta de habitação) serão razões para as desastrosas escolhas dos municípios na resposta às carências habitacionais que o 1º Direito anunciava.**

#### **Sugestão de propostas em duas áreas temáticas:**

- **Aumentar a participação cidadã e dos eleitos nas decisões dos órgãos autárquicos**
  - transmissão em direto das sessões públicas deliberativas e executivas
  - melhorar as formas de intervenção das associações e organizações populares nas reuniões autárquicas
  - garantir a possibilidade de intervenção dos grupos municipais na elaboração de regulamentos e outros documentos sujeitos a consulta pública
  - realização anual dum debate sobre o estado do município ou freguesia
  - exigência da elaboração anual pelas juntas e câmaras do Relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias da oposição (entendida no artº 2º da lei 24/98 como a “*atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas*”)
- **Melhorar o funcionamento das autarquias e reforçar o escrutínio sobre as decisões dos órgãos autárquicos**
  - reativação da inspeção da atividade das autarquias locais (IGAL) extinta em outubro de 2011 pelo governo da troika e integrada na IGF. (Sucede que a Inspeção Geral de Finanças – IGF- até pelo extensíssimo universo da sua atuação nunca poderá exercer adequadamente o controlo e fiscalização do funcionamento e gestão autárquica, prevenir a corrupção e melhorar procedimentos e práticas das autarquias)
  - possibilitar a participação de cidadãos designados pela assembleia municipal nos Conselhos Municipais de Segurança (o decreto-lei nº 32/2019 retirou essa prática).





6 OUTUBRO  
COIMBRA

## CONTRIBUTO DE CARLOS ALBERTO COSTA (FARO)

Os candidatos para as autarquias devem defender:

1- Habitação públicas rendas acessíveis calculadas do (RAB), rendimento anual bruto, declarado no IRS;  $14/12=Yx=.10=X$  é a renda a pagar mensal. É preciso de se ter um plano de 5 anos a 10 anos, para construir mais habitação pública a nível nacional, no plano IRU, e com fundos da EU (PRR).

2 - Habitação Social.

3- Residências universitárias.

4 – Atualização das tarifas sociais calculadas de acordo com o salário mínimo nacional.

5 – A mobilidade nas redes de transporte do exemplo Algarve, assim também nos outros distritos do interior não têm alternativa de transporte de autocarro, comboio, a partir das 20.30, para sair ou entrar nas localidades do interior ou nas cidades do algarve ou noutras localidades no interior; meios rurais, vilas e cidades, que têm o mesmo problema do Algarve; no caso do Algarve já se devia avançar para o metro de superfície de uma ponta a outra, servindo as populações do Barlavento e sotavento do Algarve. É uma prioridade de transporte para os cidadãos e cidadãs para se deslocar para o trabalho ou para as escolas ou outros afins, é da responsabilidade dos autarcas que nas suas funções nas suas autarquias tenham um plano municipal para a mobilidade de transporte que sirva os seus municípios, assim retira muitos automóveis na circulação das localidades e cidades, contribuindo com menos poluição do ar contribuindo para a descarbonização, o ambiente agradece por uma melhor saúde para todos os seres vivos do planeta.

6 – Transportes gratuitos para todos os jovens trabalhadores com rendimentos igual salário mínimo nacional e estudantes, estes últimos referidos comprovem a qualidade de estudantes.

7 – Luta contra a degradação ambiental; as autarquias têm que ter mecanismos de fiscalização com outras forças, caso proteção civil, bombeiros, guardas florestais, força do exército, para a limpeza das ribeiras, florestas, e uma fiscalização junto às habitações, para prevenção de fogo, proibição de queimadas, e fiscalização da GNR e outras forças de segurança. O Período de ação e fiscalização e trabalhos de limpeza das ribeiras, florestas e cortes de arvoredo e silvas, devem começar os trabalhos de limpeza entre o meio de outono e primavera.

8 – Todas as Camaras municipais devem ter um objetivo de uma revisão





do plano Diretórios Municipais anuais e atualizados todos aos anos, (PDM), para antecipar os fenómenos extremos; cursos de água, riscos de cheias da subida do mar nas marés altas do ano, criação de equipas municipais para a florestação (plantar árvores), para criar zonas de arrefecimento nas cidades, locais habitacional áreas urbanas, para o arrefecimento do efeito de estufa.

9 – As autarquias têm que ter um serviço ou gabinete para interagir com comissões de trabalho com as populações locais de criar um grupo de trabalho, e de participação dos municípios, nos trabalhos de aproximação, dos trabalhos de participação de lutas locais, negligenciadas, de grande importância, dos serviços públicos, na defesa dos espaços públicos que necessitam de obras de requalificar o espaço do município.

10 – O manifesto autárquico de 2025, concordo plenamente o que o bloco de Esquerda defende, assim na totalidade que estão A CAMINHO DO MANIFESTO AUTÁRQUICO 2025.

---

### **CONTRIBUTO DE RAFAEL VIEIRA (MARCO DE CANAVESES)**

#### **Aproveitamento de centros de mobilidade para crescimento de cidades**

Ao longo da nossa rede de caminho de ferro, existem várias estações localizadas em zonas longe de aglomerados urbanos. Esses terrenos, hoje não urbanizados ou não urbanizáveis, junto de estações de comboio ou metro, no futuro podem ser aproveitados, para criação de novos centros urbanos habitáveis apoiados pela mobilidade coletiva – cidade linear –. Ou seja, por um lado, o cidadão pode morar à distância de vários quilómetros de um centro onde possa satisfazer as suas necessidades, mas, por outro lado, esse centro pode estar apenas a alguns minutos de distância apoiado pelo transporte coletivo desde que esteja próximo de um centro de mobilidade – uma solução diferente para a cidade de 15 minutos .

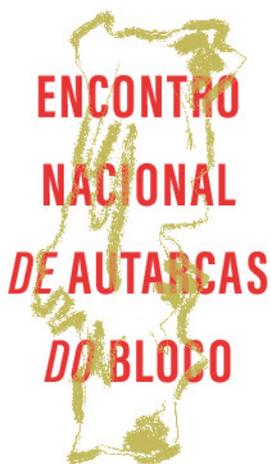
Políticas urbanas de construção de habitação ou serviços, sejam eles de alimentação, saúde ou civis, junto dos centros de mobilidade altera a noção do território.

---

### **CONTRIBUTO DE VÍTOR GONÇALVES LOPES (OEIRAS)**

Para além das medidas já propostas no manifesto, proponho regulamentar, isto é, limitar a compra de habitação por parte de fundos de investimento





6 OUTUBRO  
COIMBRA

imobiliários, nacionais ou estrangeiros. Essa limitação deverá consistir na impossibilidade de investimento em habitações que não sejam de luxo e acima de determinada tipologia (a estudar, consoante o concelho). Proponho ainda limitar o alojamento local a uma determinada percentagem dos fogos em cada freguesia. Acrescento a possibilidade de a taxa turística ser progressiva em função do número de estrelas do hotel e da categoria do alojamento local.

---

### **CONTRIBUTO DE CARLOS MOTACO, CRISTINA GUEDES, PEDRO MESQUITA E SÓNIA REIS**

As autarquias devem ter maior poder para viabilizar ou não a criação de centrais solares, explorações mineiras, centrais de biomassa, bem como se queremos continuar que o nossos vizinhos nos mantenham em risco de catástrofe nuclear. É preciso travar o poder do estado de decidir o que tem de estar a destruir a nossa vizinhança.

---

### **CONTRIBUTO DE CAROLINA CASTANHEIRA (COIMBRA)**

1- “Perante os acontecimentos trágicos do último ano na **Palestina** (e mais recentemente no Líbano) e passados mais de 75 anos de colonialismo israelita é, mais do que nunca, imperativo agir!

O governo e exército de Israel devem ser punidos pelos inúmeros crimes de guerra e violações do direito internacional que levaram a cabo na Faixa de Gaza, Cisjordânia e Líbano ao longo do último ano. Segundo o direito internacional, nada justifica o que Israel está a fazer. A punição coletiva de toda uma população é ilegal. Bombardear escolas, hospitais, igrejas, mesquitas, universidades, prédios residenciais e organizações humanitárias é ilegal. Além do mais, um estado ocupante não pode alegar o direito de legítima defesa, e mesmo que pudesse, a escala de violência implementada está muito longe de poder ser chamada de defesa. Um estudo recente da revista académica Lancet estima que Israel já matou direta ou indiretamente pelos menos 186000 palestinianos na Faixa de Gaza desde outubro de 2023, sendo esta uma estimativa bastante conservadora.

O Tribunal Internacional de Justiça considera plausível estarmos perante um caso de genocídio. Sendo assim, ordenou a Israel e a todos os países signatários da Convenção de Genebra para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio que implementassem medidas para impedir ações genocidas, punir o incitamento direto ao genocídio, preservar provas relacionadas com





6 OUTUBRO  
COIMBRA

o caso e aliviar a crise humanitária na Faixa de Gaza. Até agora, Israel não cumpriu nenhuma destas ordens.

O mesmo tribunal ordenou ainda que Israel pusesse termo à sua presença ilegal nos Territórios Palestinos Ocupados, porém Israel continua a aumentar o número de assentamentos ilegais na Cisjordânia e a armar os seus cidadãos que com a proteção do exército israelita realizam ataques cada vez mais violentos contra os civis palestinos que vivem na região.

O Tribunal Penal Internacional emitiu mandados de prisão contra o primeiro-ministro e ministro da defesa de Israel, bem como contra três líderes do Hamas. No entanto, assistimos recentemente ao discurso de Benjamin Netanyahu no congresso dos EUA e na sede da ONU em Nova-Iorque, pelo que não será detido tão cedo.

Posto isto, o Estado português deve assegurar que cumpre não só as ordens dos Tribunais Internacionais e os tratados dos quais é signatário, mas também o artigo nº 7 da Constituição da República Portuguesa onde, entre outras coisas, “reconhece o direito dos povos à autodeterminação e independência e ao desenvolvimento, bem como o direito à insurreição contra todas as formas de opressão”. Para isso, tanto o poder central como o poder local devem agir. Sendo assim, o Bloco lutará para que em todas as autarquias sejam aplicadas as seguintes medidas:

- Exigência de um cessar-fogo imediato, incondicional e permanente em todo o território palestino ocupado e no Líbano
- Reconhecimento imediato do Estado Palestino à imagem do que tem sido feito noutros países e municípios da União Europeia (Espanha, Irlanda, Noruega)
- Pôr fim às relações diplomáticas com o Estado Israelita e a todos os contratos, concessões, programas, acordos e protocolos com empresas\*, instituições e universidades israelitas
- Hasteamento da bandeira da Palestina e do Líbano em solidariedade com estes povos, assim como já foi feito no caso da Ucrânia
- Exigir a Israel que deixe entrar ajuda humanitária na Faixa de Gaza e que respeite a vida e o trabalho das organizações que prestam este serviço
- Estabelecer programas de acolhimento e apoio a refugiados palestinos e libaneses

\*Exemplo da Busway, subsidiária da empresa israelita Afifi a operar em Aveiro desde 2023 e em Coimbra desde 2024”

2 – “As **espécies exóticas invasoras\*** constituem a 5a maior ameaça à biodiversidade mundial. Estas espécies causam desequilíbrios nos ecossistemas, competindo com as espécies nativas, podendo provocar o seu desaparecimento. A propagação destas espécies representa uma perda de serviços de ecossistema e uma ameaça à segurança alimentar, saúde pública e meios de subsistência das populações. A mitigação ou eliminação destas





6 OUTUBRO  
COIMBRA

espécies deve ser feita o mais rápido possível, para evitar danos e prejuízos muito maiores no futuro.

Em Portugal, este problema tem vindo a aumentar a um ritmo alarmante, estando já listadas na Lista Nacional de Espécies Invasoras (LNEI) (Anexo II), que consta do Decreto-Lei nº 92/2019, mais de 340 espécies de vários grupos taxonómicos, sendo que destas mais de 200 são plantas. É de salientar que a presença de plantas invasoras, aumenta consideravelmente o risco de incêndios (p.e.: Acácias e Eucaliptos\*\*).

Muitas vezes, o controlo e gestão destas espécies por parte das autarquias não é feito ou é mal feito, sendo poucos os bons exemplos que já existem. Isto pode dever-se a um desconhecimento do problema por parte das autarquias, sendo necessário contratar mais pessoas com a devida formação nesta área e outras áreas relacionadas com a gestão e conservação da natureza (com condições de trabalho dignas). Pode dever-se também a falta de vontade política para resolver a questão. Pode ser devido à falta de meios para executar estratégias de combate às invasoras, pelo que é necessário que as verbas alocadas às autarquias passem a considerar esta questão. Para além do mais, a gestão destas espécies é muitas vezes feita por pessoal não especializado, sem qualquer formação nesta área, o que acaba por resultar num controlo ineficaz e às vezes no agravamento do problema. Por exemplo, o corte indiscriminado de plantas, sem saber se são ou não invasoras, é uma prática de controlo recorrente das autarquias (p.e.: Coimbra e Aveiro), representando uma perda de biodiversidade autóctone e deixando mais área disponível para ser facilmente ocupada por plantas invasoras. Daí a contratação de pessoal especializado ser tão importante. Contratar pessoas especializadas pode parecer representar um gasto maior, mas na realidade irá poupar imenso dinheiro às autarquias, que ao invés de um controlo ineficaz infinito e caro, passarão a ter um controlo de invasoras mais eficaz, mais rápido e com muito menos custos económicos e ambientais.

Posto isto, é necessário:

- Contratação de profissionais com formação nesta área
- Mapear a distribuição de invasoras nos municípios, com a ajuda de plataformas já existentes, como o Invasoras.pt, o GelAvista e o INaturalist
- Implementar estratégias de combate às espécies invasoras, com base no conhecimento científico
- Aumentar as verbas alocadas a este combate
- Investir em campanhas de sensibilização das populações locais para este problema, tornando-as agentes ativos no seu combate

\*Espécie exótica: introduzida, acidentalmente ou não, fora daquela que é a sua área de distribuição natural. Espécie exótica invasora: foge ao controlo do ser humano e provoca impactos muito negativos no ecossistema invadido.





\*\*As espécies de eucaliptos não constam na Lista Nacional de Espécies Invasoras, também muito devido a a interesses económicos das celulosas, porém o grupo de especialistas do Invasoras.pt considera o *Eucalyptus globulus* (espécie mais utilizada na produção de pasta de papel) como uma invasora.

Nota: Neste momento, algumas das espécies de plantas invasoras com maior impacto na zona litoral centro são as acácias, o eucalipto, a cana (*Arundo donax*), a bons-dias (*Ipomoea indica*) e a erva-das-pampas (*Cortaderia selloana*). Esta última está crescer a um ritmo alarmante na região de Aveiro e é necessário intervir com muita urgência.”

3 - Sugiro que pelo menos nas secções dedicadas à habitação e mobilidade sustentável se incluam propostas destinadas à garantia de direitos e melhoria das condições de vida das **Pessoas Com Deficiência**. O urbanismo e a organização da vida em comunidade devem ser pensados para incluir estas pessoas e dar-lhes autonomia e independência para viverem uma vida digna, cumprindo assim o artigo nº 71 da Constituição da República Portuguesa e a Declaração dos Direitos Das Pessoas com Deficiência. Para que as propostas relativas a esta matéria vão de acordo às reais necessidades desta parcela da população, peço que esta seja consultada, assim como outros entendides no assunto.

4 - Coimbra precisa de ajuda na luta pela manutenção de especialidades de excelência no **Hospital dos Covões**, que serve a região sul do distrito de Coimbra e da zona centro e que continua a ser esvaziado, vendo os seus profissionais, recursos e doentes a serem sucessivamente transferidos para o CHUC (zona norte de Coimbra), descrito por muitos trabalhadores como “uma fábrica infernal a rebentar pelas costuras”, com as condições de trabalho a degradarem-se a cada dia que passa e a atingir ou a ultrapassar o limite de doentes a que consegue dar uma resposta de qualidade. No entanto, os hospitais e clínicas privadas crescem como cogumelos na zona norte da cidade. Recentemente, foi também anunciado o fim de uma maternidade de excelência, a Bissaya Barreto, para construir outra no CHUC, já sobrelotado com todas as outras especialidades. Além do mais, a construção desta maternidade, retirou lugares de estacionamento, num parque já de si manifestamente insuficiente para receber todos os utentes do hospital, sendo que até as ambulâncias têm muita dificuldade em estacionar. Em cima disto, devido ao estacionamento caótico provocado pelas más decisões políticas, que desconsideram totalmente as necessidades da população, agora foi também anunciado que, em 2025, os utentes terão de passar a pagar o estacionamento. Note-se que na planta inicial do hospital estava previsto um estacionamento subterrâneo que nunca chegou a ser feito, devido ao desaparecimento misterioso das verbas a ele alocadas, que nunca mais foram recuperadas.





6 OUTUBRO  
COIMBRA

## CONTRIBUTO DE MARTIM LOURENÇO (AVEIRO)

### **Aveiro, Uma cidade vítima da Direita.**

Aveiro é uma bela cidade que, nos últimos anos, se tornou vítima das suas escolhas políticas que levaram à formação de executivos municipais de direita que tornaram Aveiro numa cidade dependente do turismo, muito vulnerável a desastres naturais, com uma grande especulação imobiliária e maus acessos e serviços de transportes públicos, devido ao pouco investimento e má regulação.

### **Soluções.**

Assim, urge promover uma resposta eficaz:

- incentivar o aumento do investimento na habitação, na proteção do meio ambiente e na ação social;
- reformular os programas de gestão do território e das florestas, incentivando a presença de plantas autóctones, a expansão do parque público habitacional, uma transparente regulação imobiliária
- tornar os serviços de transportes públicos mais abrangentes, ligando as diferentes áreas do município;
- criação de uma área protegida da Ria de Aveiro.

## **7. PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AO TEXTO BASE**

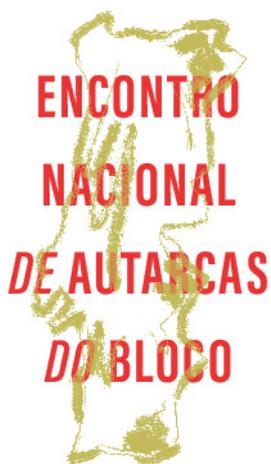
### **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE DUARTE GRAÇA (PORTO)**

Secção 3 Mobilidade sustentável: desafios e respostas, parágrafo 5º

[...] Nos contextos periurbanos e rurais e/ou com menor densidade populacional, onde a mobilidade pendular é predominante, a falta de transportes públicos adequados penaliza ainda mais as pessoas, agravando a dependência do automóvel. É fundamental criar sistemas de transporte intermunicipal que garantam a conexão entre áreas de baixa densidade e os centros urbanos, facilitando o acesso ao trabalho, à educação, à saúde e aos cuidados. **Isto deve passar pela interligação de eixos ferroviários centrais com circuitos de metro e circuitos rodoviários de transportes de variadas dimensões, adaptados às necessidades locais.**

Secção 4 Experiências de luta contra a degradação ambiental: por uma vida boa em todos os territórios, entre o 6º e o 7º parágrafos





6 OUTUBRO  
COIMBRA

A crise climática associa-se aos vários problemas ambientais que já se colocam, e, em muitas circunstâncias se vão agravando, há ainda mais tempo: o desordenamento florestal, que retira espaço a espécies autóctones e contribui para o agravamento da escala e efeitos dos incêndios; a exploração mineira desenfreada, que retira qualidade de vida a populações que vivem nas proximidades, e provoca um desgaste ambiental frequentemente irrecuperável; a poluição dos rios e cursos de água, tipicamente provocada por descargas industriais ou insuficiências nos sistemas de saneamento; a acumulação crescente de lixos em aterros sanitários sucessivamente alargados, destrutivo para a biodiversidade e perigo para a saúde pública. Temos que estar na luta contra as causas destes fenómenos, junto das comunidades que se organizam por isso.

Propostas (identificadas a amarelo) foram aceites e integradas no texto base.

